

Andando nos Gerais e assuntando o mundo: fazer antropológico, direitos fundamentais e vida acadêmica engajada

João Batista de Almeida Costa¹

O que foi convencionado como Antropologia dos Gerais tem seu nascimento na compreensão do que Mariza Peirano (1992) afirma ser necessário: uma reflexão que veja o pesquisador e o nativo como atores sociais em uma situação concreta. Essa autora chama “[...] a atenção para o papel cívico-político do cientista social, procura mostrar as condições sob as quais as premissas básicas da proposta dumontiana podem ser positiva e frutiferamente incorporadas pelo antropólogo-cidadão” (Peirano, 1992, p. 87). Nesse papel, no contexto brasileiro, a atitude antropológica talvez nos leve à tarefa, muitas vezes ingrata, de separar, distinguir, decompor o que a ideologia holista uniu. E no caso de Minas Gerais, a ideologia da mineiridade (Arruda, 1990), representação fragmentada da realidade que silenciou a sua dualidade histórica, econômica, social e cultural distintas, a pastoril e a mineradora, que articuladas deram formação à sua sociedade estadual.

A sólida formação antropológica na Universidade de Brasília propiciou acercar-se do “outro próximo” ao estudar a comunidade negra de

1 Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília, atua na Universidade Estadual de Montes Claros desenvolvendo estudos em Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas, assessorando-as em seus processos sociais de garantia de direitos.

Brejo dos Crioulos² e, em seguida, emaranhar-me no “nós” construído desde a socialização na infância e na formação escolar para fazer a crítica cultural de Minas Gerais³, tendo como possibilidade de interpretação o entre-lugar excluído, discriminado do norte mineiro visto como baiano, baiano cansado ou baiano. Perspectiva que, para José Lima (Costa, 2017, p. 301), lhe anuviava a vista de raiva, para ele, quando foi para o serviço de eucalipto lá em Cocos,

“Os baianos me chamaram de mineiro cansado [...] Se os baianos falam que nós somos mineiros cansados porque não conseguimos ir para São Paulo, não é? E os mineiros dizem que a gente é baiano; e quando eu falei que era norte-mineiro, eles me chamaram de baiano. *Deve ser porque eu não sou nem uma coisa nem outra, não é?* A gente cá desse sofrido norte deve ser uma espécie diferente de gente”.

Os desafios e as possibilidades por pertencer a duas totalidades ideológicas como foi discutido por Peirano (1992) e vivenciada como antropólogo-cidadão, ao fazer ciência, não pode deixar sua responsabilidade cívica. Qual seja, o estudo de um “outro” que não é só próximo, mas parte do “nós”, ou, de outra forma, essa parcela de gente não integrada social e/ou ideologicamente por um lado e como parte da nação, por outro.

O caminho percorrido

A trajetória acadêmica desenvolvida no meu fazer antropológico andando pelo Gerais teve de partida o desafio de formar antropólogos para estudar o próximo norte mineiro, aprofundar a crítica cultural a partir do lugar do Norte de Minas em Minas Gerais e, ao desenvolver pesquisas, ter como

2 Estudo realizado com a orientação de Ellen Woortmann, a quem presto minha homenagem e reconhecimento.

3 Estudo realizado com a orientação de Mireya Suarez e Soares, a quem presto minha homenagem e reconhecimento.

parceiros de *locus* de produção acadêmica as comunidades rurais e as comunidades periféricas da cidade de Montes Claros ou de vida periférica na região norte-mineira.

As raízes de minha opção por desenvolver pesquisas na pós-graduação mergulhando na regionalidade em que fui formado desde minha infância se desvela pelos caminhos que percorri em minhas vivências até chegar à universidade. Eu nasci na década de 1950 quando nosso mundo regional era um outro mundo, singular em sua realidade cultural, social e econômica.

O Norte de Minas, ainda que desde o início de sua formação tivesse vínculos econômicos com outras regiões do país e, até mesmo, com o exterior, não tinha passado por uma transformação econômica como a que aconteceu pós-golpe militar, o que coincidiu com a minha vinda para Montes Claros para continuar meus estudos. Meu pai era político em Jequietaí e nós discutíamos muito, em casa, questões políticas e o olhar acabou sendo, como diria Bourdieu (1982), construído pela existência de um *habitus* familiar, o que me fez um curioso das coisas sociais; e, mais tarde, um *habitus* acadêmico ancorado na Antropologia com vínculos em outras Ciências Sociais.

O *habitus* acadêmico emergiu quando estudei na Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte para fazer Antropologia. Naquela época, não existia curso específico do campo de estudos pretendido; fiz Ciências Sociais, com formação mais vinculada à Sociologia. Ao me formar, fui trabalhar na Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), integrante do Projeto Nordeste, atuando no município de Rio Pardo de Minas em comunidades rurais. Este programa visava a transformar os pequenos produtores, contemporaneamente chamados de agricultores familiares, em membros da classe média, ao buscar elevar o padrão econômico e social das famílias atendidas por meio de projetos socioeconômicos. Nessa época, eu percebia de forma diferente as povoações, embora meus colegas as vissem numa perspectiva notadamente econômica,

pois já era um olhar que abarcava as diferentes dimensões da vida coletiva em cada localidade. De Rio Pardo de Minas fui para Brasília, situada em Minas Gerais, a verdadeira, pois a do Distrito Federal é a invejosa.

O trabalho era sempre feito numa perspectiva antropológica, ainda que incipiente, devido a ter pouco acesso ao conhecimento construído na Antropologia. Na época, ocorreram diversas greves de professores que impediram maior aprofundamento na disciplina. Antes de ir para a FAFICH/UFMG eu já tinha lido várias obras de antropólogos na biblioteca do noviciado Marista, onde fui tentar ser Irmão Marista, mas não consegui. Minha vida é marcada pela questão religiosa, pois estive em dois seminários em Montes Claros e, depois, na congregação Marista.

Tempos depois, quando fui fazer mestrado na Universidade de Brasília, onde se discutia muito o Grupo de Estudos Subalternos da Índia com leitura de Bhabha (1998), Spivak (1988), Guha (1989), Scott (1986) e uma série de outros autores e nos envolvemos muito com a perspectiva desenvolvida por eles. Eu já tinha decidido fazer minha dissertação abordando os *Caatingueiros*. O conhecimento sobre essa população se deu pelo contato no estudo de Pierson (1972) sobre o Homem do Vale do São Francisco, em que são citados os *Geraizeiros*, os *Veredeiros*, os *Vazanteiros*, com os quais já tinha estado em alguma localidade desses grupos rurais norte-mineiros, mas não tinha tido contato com os *Caatingueiros*. Defini desenvolver minha dissertação realizando uma pesquisa em uma povoação rural dessa categoria étnica norte-mineira. Ao ir a campo, uma surpresa muito grande, escolhi estudar uma comunidade no município de São João da Ponte, Brejo dos Crioulos. Os colegas na Universidade Estadual de Montes Claros e, mesmo estudantes, me falavam: “Não vai para lá não. Eles não querem saber de gente estranha lá”. E eu pensei: “Vou ter uma experiência a la Malinowski”, o que não ocorreu. Chegando lá o que encontrei foram dinâmicas de exclusão e discriminação por parte da família de mando local com relação às famílias dessa povoação. Tudo começou quando os Campos colocaram uma seção eleitoral em Araruba nos anos 1960, localidade que, junto a outras sete, compõe o Quilombo de Brejo dos Crioulos; ninguém

votou no candidato dos mandatários municipais, mas no “inimigo”. Então, teve início a construção de uma identidade discriminada, excludente. Uma coisa me chocou profundamente: a evitação do contato com os crioulos de Brejo.

Por indicação da orientadora, fiquei na cidade por quinze dias. Então, um dia conversando com um comerciante sobre Brejo dos Crioulos, ele me apontava para a parte mais baixa da rua e dizia: “Tá vendo aqueles pretos lá?”. Eu olhava para baixo e só via pessoas de cor; então, perguntei: “Quais pretos?”. Para mim, ele era tão preto quanto os que apontava e eu, também, preto, mais claro. “Aqueles que as pessoas estão passando para o outro lado da rua para não passar perto deles”. Vi o fenômeno da evitação, como discutido por Kristeva (1982). Ver isso me chocou profundamente, foi o que me levou a focalizar o processo de construção da discriminação, da exclusão e da evitação da população municipal com relação aos moradores das sete povoações que formam a comunidade de Brejo dos Crioulos.

Fiquei seis meses convivendo com eles. Em nenhum momento, falei sobre o direito quilombola, apesar de ouvir pessoas das comunidades vizinhas dizerem que eles eram, antigamente, um quilombo; a não ser na véspera de retornar à Brasília quando fui cercado por uns cinquenta homens, e eu pensei: “É hoje que eu vou apanhar”. Eles me colocaram a questão que os afligia, a violenta perda da terra nos anos 1960. E disseram, “O que você vai nos dar? Já que te demos muita coisa”. Eu respondi: “O que eu podia dar já havia feito”, ou seja, dei-lhes fotos tiradas, carrinhos para os meninos e bonecas para as meninas na tentativa de conquistar as famílias. Quando cheguei a Araruba, ou Igrejinha, cometi o erro mais ridículo do mundo que um neófito em campo é capaz de fazer, disse-lhes que estava lá para fazer uma investigação científica. E os crioulos tinham receio da polícia, embora a enfrentasse, já que, perante qualquer coisa errada na cidade de São João da Ponte, os munícipes diziam ter sido feita por alguém de uma das localidades que compõem o Quilombo. Eles passaram a me evitar e tive que construir confiança entre nós, o que consegui.

Do ponto de vista metodológico, inspirado pelo Grupo de Estudos Subalternos, procurei compreender a hierarquia estabelecida. Para os autores desse grupo, há oposição entre grupos hierarquizados e que devemos nos colocar numa posição intermediária, externa, um entre-lugar, em que se possa olhar as duas posições, a dominante e a dominada, cada uma em si, e focalizar as relações existentes e as consequências da dominação, mas o princípio é compreender os subalternizados numa perspectiva do saber engajado. Assim fiz em Brejo dos Crioulos (Costa, 1999), Depois da devolução da dissertação, eu os assessoriei no processo de afirmação de si como comunidade quilombola, visando à regularização fundiária do seu território.

Esse processo foi feito com o apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), perspectiva fundamental. Sou parte da rede sociotécnica dessa importante organização não governamental regional. Estamos na Universidade, mas também estamos junto dos Povos e das Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, não só estudando, mas assessorando-os nas lutas e nos enfrentamentos para a conquista de direitos constitucionais, sempre vilipendiados pela oligarquia rural e pelos gestores municipais de nossa região.

O cenário antropológico nos Gerais

Com meu retorno à Universidade Estadual de Montes Claros após meu doutoramento, fui contratado como professor de Ciências Sociais e para integrar o grupo que pensou o seu primeiro mestrado, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). Ele foi organizado a partir de um tripé: cultura, movimentos sociais e Estado; então, vinculei-me à linha de pesquisa Movimentos Sociais, Identidades, Territorialidades, cuja base investigativa de estudos e pesquisas feitos é a análise do caráter sócio-político e cultural de diferentes processos de ações coletivas que expressam contradições sociais, conflitos na apropriação e controle de recursos materiais e simbólicos, na emergência de sujeitos sociais, na politização das identidades e das territorialidades construídas sob relações de poder

e dominação. A linha agrega estudos e pesquisas sobre comunidades tradicionais, dinâmicas do mundo rural, sociabilidades urbanas, etnicidade, cultura e educação, patrimônio cultural, conflitos ambientais e mapeamentos sociais.

A organização dessa linha de pesquisa foi inspirada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão que organizei desde o retorno para a Unimontes, universidade que acolhe estudantes de todos os municípios da região e que procuram desenvolver estudos e pesquisas sobre suas realidades locais, não só urbanas mas principalmente rurais. Assim, foram desenvolvidos estudos e pesquisas sobre os processos sociais vividos por populações rurais e urbanas tendo o foco na cultura regional.

Nasceu, nesse grupo, a abordagem dos grupos rurais como grupos étnicos inspirados pelas categorias étnicas que Pierson (1972) informou em seu estudo sobre o Vale do São Francisco e que, de certa forma, estava amparada pela minha preocupação intelectual primeira, que era compreender o Norte de Minas em si e em sua relação com sociedades estaduais, notadamente, a mineira e a baiana, focalizando o lugar que ocupa, principalmente em Minas Gerais.

O Norte de Minas está em uma área onde se interpenetram os biomas Cerrado, em suas sete formações; Caatinga, em suas duas formações; Floresta Tropical Úmida, que passou a ser chamada de Mata Seca por influência dos fazendeiros da região. Nos espaços em que populações se fixaram ocorreram manejos diferenciados do ambiente, o que propiciou serem vistos, em contraste com grupos vizinhos, com identificações vinculadas aos gerais, às caatingas, às veredas e às vazantes do rio São Francisco, identidades que, inspirados em Parajuli (1996), compreendemos como ecológicas.

Outros dois grupos vinculados a comunidades tradicionais na região têm sua categoria identitária vinculada à atividade laboral desenvolvida por seus membros. Em fins do século XIX, durante o *boom* da borracha, os coletores de látex de mangaba formam uma categoria social que foi

denominada de os Mangabeiros. O produto coletado e comercializado internacionalmente propiciou ser a parte média do vale do rio da integração nacional o segundo maior produtor mundial desse produto. Essa identificação desapareceu em meados do século XX, mas como sobrenome familiar se espalhou pela região. Com a demanda por flores sempre vivas existentes nos campos rupestres da Serra do Espinhaço, que corta a região, a partir de meados do século XX, as populações que se dedicaram a coletá-las nos altiplanos da serra passaram a ser identificadas como Apanhadores de Flores.

Emergiram historicamente, os Geraizeiros, os Caatingueiros, os Verezeiros, os Vazanteiros e os Apanhadores de Flores, os Povos Originários – Xakriabá e Tuxá e dezenas de Comunidades Quilombolas que tem a maior concentração em Minas Gerais.

Nas Ciências Sociais da Unimontes e, posteriormente, no PPGDS, iniciamos o estudo de comunidades negras que foram se assumindo como remanescentes de quilombo por meio de um projeto guarda-chuva de pesquisa: “Negros do Norte de Minas – cultura, identidade, educação étnica, relações intercomunitárias e processos sociais”. O projeto foi desenvolvido prioritariamente na comunidade de Agreste no município de São João da Ponte, replicado pelos acadêmicos em dezenas de comunidades quilombolas do Norte de Minas, que produziram monografias em diversos campos acadêmicos, dissertações e teses. Se, inicialmente, a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais foi desenvolvida no curso de Ciências Sociais e no PPGDS, posteriormente diferentes professores e acadêmicos de outras áreas disciplinares se aproximaram da temática e passaram a realizar suas pesquisas em comunidades negras norte mineiras.

O saudoso Carlos Rodrigues Brandão, interessado em mergulhar no sertão roseano, tornou-se professor visitante; então, juntos, nós construímos um projeto de pesquisa tendo como campo de estudos as comunidades rurais situadas nas ilhas do rio São Francisco, em suas margens e para além de suas margens. Ele agregou professores e pós-graduandos de outras Universidades e foi organizado o projeto de pesquisa (também, guarda-chuva) “OPARÁ – tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no Sertão Roseano”.

O projeto articulou os membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão da Unimontes e do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolvemos uma experiência de pesquisa coletiva e integrada, tanto quanto nos foi possível. Um trabalho em que todos os participantes, de estudantes de graduação a professores doutores, respondiam, pessoalmente, pela realização de uma pesquisa própria e pessoal. Essa atribuição de responsabilidades individuais de pesquisa de campo – em boa medida visando à formação de futuros pesquisadores – correspondeu ao desejo de um trabalho integrado e interativo desde o começo até o final do projeto.

No seu todo e na diferença entre cada trabalho pessoal, realizamos uma investigação solidária por meio de pesquisas de campo associadas a estudos e reflexões teóricas centradas nos conceitos de tradições, identidades, territorialidades e mudanças. Ao final do projeto publicamos o livro, *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos* (Costa; Oliveira, 2012).

Cotemporalmente às pesquisas organizadas, coordenadas e desenvolvidas, como parte de alguns de nós estávamos vinculados à rede socio-técnica do CAA, ocorreu a ampliação de estudos e pesquisas para Povos e Comunidades Tradicionais, conforme Costa (2005). Essa organização não governamental desenvolve trabalhos de agroecologia e formação política com membros das comunidades Geraizeiras, Caatingueiras, Vazanteiras e o Povo Originário Xacriabá, onde desenvolve suas ações. No processo posterior ao estudo de Brejo dos Crioulos, também tem início sua vinculação com outras comunidades, notadamente o Quilombo dos Gurutubanos, mas se espalhou por outras comunidades negras rurais. Com a emergência do grupo Tuxá em Buritizeiro, requerendo acesso a território, este segundo Povo Originário é articulado ao trabalho da organização. Os Veredeiros foram conectados ao trabalho do CAA a partir de 2013 e, posteriormente, devido ao trabalho de Monteiro (2021) na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, com comunidades quilombolas nas proximidades de Diamantina, os Apanhadores de Flores Sempre Vivas passaram a estar conectados com os outros grupos étnicos norte mineiros.

Cada um desses grupos que, na atualidade, formam a Articulação Rosalino de Oliveira de Povos e Comunidades Tradicionais tem um modo de vida específico vinculado ao ambiente em que se encontram localizados, os gerais, as veredas, as vazantes, as caatingas e os altiplanos da Serra do Espinhaço, assim como os quilombolas e os dois grupos Originários. Todos têm em comum um sistema produtivo vinculado à criação de gado, base fundamental da economia regional desde os anos 1680, e agricultura de reprodução familiar e coletiva, com comercialização de algum produto beneficiado, notadamente, farinha, rapadura, requeijão, dentre outros. O manejo do ambiente que toda essa gente realiza em suas comunidades é diferenciado devido a estar vinculado a ambientes específicos e atividades laborais diferenciadas. Os sistemas produtivos de cada família são considerados por eles como “agricultura de peão”, organizados pelo conhecimento tradicional transmitido entre gerações, mão de obra familiar, incorporação de novas tecnologias externa com maior peso insumos internos; perspectiva semelhante foi estudada por Woortmann e Woortmann (1997) sobre o trabalho da terra. Opõe-se a ela a “agricultura de patrão” vinculada a financiamento bancário, insumos externos, como maquinário de custo elevado, adubos químicos, agrotóxicos e assistência técnica especializada, possibilidade impossível para os agricultores familiares desses grupos étnicos.

Essas populações étnicas norte mineiras possuem formas diferenciadas de olhar o mundo, de agir no mundo, e têm em comum uma organização social baseada em relações de parentesco, que contribui para cada povoação ser considerada, por seus membros, como uma coligação de famílias que forma agrupamentos de grupos étnicos. O fato de se conhecerem em eventos realizados pelo CAA e por sua rede sociotécnica, da qual fazemos parte, propiciou a eles se compreenderem como os oito Povos existentes no Sertão norte mineiro (Dayrell, 2019). Esses Povos Tradicionais manejam dois circuitos econômicos com duas lógicas diferenciadas, o circuito interno baseado na reciprocidade, conforme Mauss (2003), onde há o dar, o receber e o retribuir tanto na relação com os humanos quanto na

relação com o divino e as entidades naturais e o outro, com a lógica da comercialização em que se conectam ao sistema econômico local, regional, nacional e internacional.

Centenas de comunidades desses oito Povos Tradicionais passaram por um processo de extrema violência na expropriação de suas terras familiares e comunitárias, que viabilizaram a concentração fundiária em mãos de empresas, de profissionais liberais e de fazendeiros. Foi quando as famílias sofreram a perda de homens, mulheres e crianças assassinadas e, também, estupradas. E quando havia recusa na venda da terra, homens foram puxados amarrados em rabos de cavalos postos em disparada. O mundo em que se dizia ser “um mundão sem cancela” passou a ser recortado por cercas com empastamento exótico e gado nelore. Então, o mundo ficou cheio de cancelas, conforme Costa (2021).

No momento, após o golpe de Estado de 1964, em que se implantou a ditadura militar, foi vivenciada a migração forçada de milhares de famílias, bem como a chegada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que financiou a modernização de fazendas transformadas em empresas rurais com concentração fundiária e estruturadas como latifúndios. Nas chapadas onde tanto boi berrava, foram implantadas florestas de eucalipto e pinus para subsidiar, com carvão vegetal, o nascente polo siderúrgico na região central. Essas florestas de árvores exóticas provocaram o secamento de milhares de pequenos cursos de água, a baixa vazão dos grandes rios que foram assoreados e o rebaixamento do lençol freático.

Esse processo provocou a desestruturação dos sistemas produtivos e o esvaziamento das terras legadas pelos ancestrais com migração permanente para as cidades do entorno ou para as grandes cidades do país. Com pequeno número de gado de corte em cada família, que funcionava como reserva de valor, pois eram vendidos em momentos em que fosse necessário maior volume de recurso financeiro para pagamento de algo, foi instaurada a estratégia da migração sazonal para áreas de agronegócio no sul e oeste mineiros, bem como para o interior de São Paulo. Nos locais em que essas pessoas trabalham, o pagamento é por produtividade; logo, elas

conseguem amearhar pagamentos elevados no período em que permanecem em fazendas. Essa estratégia derivou do pagamento por diária de baixíssimo valor feito por fazendeiros norte-mineiros.

Até então, as terras na região eram, em sua maioria, devolutas e de apropriação livre (Costa, 2017), pois a terra era solta onde o gado, marcado com ferro, era posto a pastar e só retirado na época da parição das vacas, e somente a área de agricultura era cercada. Na atualidade, as comunidades estão cercadas por fazendas; logo, os membros das comunidades se consideram “encurralados”. Em muitas dessas comunidades não se pode realizar a migração sazonal para a região do café ou da laranja, pois muitas pessoas não têm como deixar a família desabrigada. Homens, mulheres e crianças vendem sua mão de obra a baixíssimo custo, recebendo semanalmente valores miseráveis. Chamados de preguiçosos pelos fazendeiros, muitos deles dizem: “Eles fingem que pagam e a gente finge que trabalha”. E com os minguados dinheiros que recebem conseguem garantir a alimentação da família em sua reprodução material.

A migração sazonal se tornou estratégia eficaz para viabilizar reserva de valor necessária para realizar diversas atividades, desde tratamento de saúde fora do município até aquisição de bens duráveis. Essa estratégia substituiu a criação de gado solto na larga das chapadas que constituíam espaço privilegiado de relações intercomunitárias, como discutem Oliveira (2017) e Neves (2020).

A Antropologia dos Gerais se consolida

A Antropologia nos Gerais nasceu da articulação de diversos professores, principalmente no Departamento de Ciências Sociais e no PPGDS, alguns vinculados ao CAA como parte de sua rede sociotécnica e, posteriormente, a grupos de pesquisa na UFMG. Formamos um grupo a fim de estudar, informar e formar, atuando como uma comunidade de comunicação e argumentação (Appel, 1985). Assim, desenvolvemos estudos e pesquisas, formamos novos antropólogos e, também, assessoramos as comunidades

às quais nos envolvemos em seus processos de autorreconhecimento, certificação, regularização fundiária e em busca de seus direitos. Nossos estudos propiciaram produzirmos literatura sobre Povos e Comunidades Tradicionais que foi acessada até mesmo por estudiosos de outras regiões do país e do exterior. E estudiosos de outras Universidades, como Nogueira (2017), vieram pesquisar essas comunidades, propiciando a constituição da Antropologia nos Gerais.

Resultam de nossos estudos junto a Quilombos e Comunidades Tradicionais dezenas de monografias de Ciências Sociais, dissertações de mestrado e teses no PPGDS, além de relatórios antropológicos e laudos técnicos em apoio às lutas pela regularização fundiária e para subsidiar a busca por direitos coletivos.

Na vida periférica de Montes Claros, principalmente, há monografias de Ciências Sociais abordando diversas temáticas urbanas e processos vividos por grupos citadinos, assim como relatórios de comunidades religiosas de matriz africana, como Catopês, Marujos e Caboclinhos, Terreiros de Candomblé, Umbanda e Quimbada para subsidiar processos de registro como patrimônio imaterial e material tanto no Conselho Municipal como no Instituto Histórico de Minas Gerais.

Resulta de minha tese a crítica cultural a Minas Gerais pela exclusão do Norte de Minas em sua historiografia, sua ideologia e sua identidade cultural, além da discriminação sofrida pelos norte-mineiros por sua forma de falar quando se é jogado para a Bahia e pejorativamente chamado de “baiano cansado” e “baianeiro”. Há monografias em diversos cursos da área de humanas, dissertações e teses no PPGDS. Como “efeito prático da teoria”⁴, surgiu a organização do Movimento Catrumano pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, das Prefeituras de

4 Comunicação informal com Rômulo Barbosa Soares: “o efeito prático da teoria decorre da eficácia simbólica das nomeações e classificações sobre o habitus, nos termos de Pierre Bourdieu. Isto é, sobre a incorporação destas (nomeações e classificações) nas estruturas mentais, configurando sistemas de disposições para as práticas de indivíduos e coletividades”.

Montes Claros, notadamente as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Cultura, e de Matias Cardoso, sob a coordenação da Unimontes. Esse movimento visou à inclusão, na Constituição Estadual, das comemorações do Dia do Estado de Minas Gerais, em 16 de julho, como Capital Simbólica dos Gerais em Mariana e em Matias Cardoso.

Após diversas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado, o objetivo do Movimento Catrumano foi alcançado. Contou com a participação de instituições históricas e culturais mineiras que contribuíram para o resgate da atuação histórica e econômica da região na consolidação da sociedade mineira desde o final do século XVII. Resultou na criação do Dia dos Gerais a ser simbolicamente comemorado com a transferência do Estado, em sua tripartição, no dia 8 de dezembro para a cidade de Matias Cardoso.

O projeto original do Movimento Catrumano era celebrar o Dia do Estado de Minas Gerais, constante na Constituição Estadual de 1989, comemorado no dia 16 de julho em Mariana, sendo realizado em um ano em Mariana, sua primeira povoação e, como dito pelos marianenses, “o berço da cultura e da civilização mineira”; e, no ano seguinte, em Matias Cardoso, que reivindicou ser o “berço da cultura e da civilização dos Gerais”. Entretanto, a reação dos marianenses em uma audiência pública foi expressa por seu deputado representante: “Como esse povo pobre, preto e feio do Norte de Minas reivindica se igualar ao povo marianense”. O Dia do Estado de Minas Gerais é fragmentando em Dia das Minas e Dia dos Gerais, evidenciando a dupla formação histórica, cultural, social e econômica de Minas Gerais em que suas comemorações ocorrem em Mariana e Matias Cardoso.

Dessa forma, a população norte mineira assumiu sua identidade catrumana que, para os viajantes europeus que passaram pela região no século XIX, se referia à sua condição de sociedade pastoril, distinta da sociedade mineradora, que em festivais, músicas, textos passaram a se afirmar catrumanos.

Esse movimento propiciou afirmar a existência de duas formações históricas, culturais, sociais e econômicas distintas. A primeira, discriminada, organizada desde o século XVII (Silva, 2023), a pastoril que forneceu alimentos para aquela, mineradora, que surgiu no início do século XVIII, após a descoberta do ouro em fins dos anos 1690. Assim, os mineiros se viram, também, catrumanos, pois foi a articulação entre essas duas sociedades, essas duas histórias, culturas e economias que consolidou a sociedade de Minas Gerais no decorrer das duas primeiras décadas oitocentistas.

Os Povos e as Comunidades Tradicionais no Norte de Minas se visibilizam

E para dar um fim a essa argumentação, retomo o papel dos oito Povos e das Comunidades Tradicionais do Norte de Minas que, de alguma forma, têm a marca dos estudiosos de suas realidades. Em 2022, em Montes Claros, Lula conversou com representante de diversas comunidades étnicas; eleito presidente, após sua posse, dois profissionais partícipes da rede sociotécnica de apoio às comunidades tradicionais que trabalham com essa gente miúda foram trabalhar no Ministério de Desenvolvimento Social e no Ministério do Meio Ambiente. A atuação deles propiciou articular a formatação e, depois, a implementação da política nacional de Povos e Comunidades tradicionais. A rede sociotécnica, em sua *expertise*, permanece articulada e se apoia. Conversamos muito e estamos vinculados a diversas instituições e a núcleos de pesquisas para, juntamente com os comunitários dos oito Povos e as Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, caminhar na luta para conquista de seus direitos coletivos.

A Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, no Norte de Minas, deriva da participação de diversos grupos étnicos da região na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a constituição de um núcleo dela para atuar em Minas Gerais. Nessa atuação nacional, não houve desatenção à situação dos Povos e das Comunidades Tradicionais no estado e articularam politicamente a implantação de uma lei e de uma

comissão estadual a eles vinculadas, dando origem à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais.

Referências

APPEL, K.-O. La Comunidad de Comunicación como Presupuesto Transcendental de las Ciencias Sociales. In: APPEL, K.-O. *La Transformación de la Filosofía: El a priori de la Comunidad de Comunicación*. Tomo II. Madrid: Tauros, 1985. p. 209-249.

ARRUDA, M. A. do N. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e social do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *Les Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1982.

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

COSTA, J. B. de A. *Do tempo de fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA, J. B. de A. Cerrados Norte Mineiro: Populações Tradicionais e Identidades Territoriais. In: ALMEIDA, M. G. de (org.). *Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sócio-cultural*. Goiânia: Vieira, 2005. P. 295-320.

COSTA, J. B. de A. Sertão e a revelia do mundo: expropriação, enlouquecimento, migração forçada e concentração de terras durante a modernização conservadora no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Social*, v. 27, n. 1, jan./jun. 2021.

COSTA, J. B. de A.; OLIVEIRA, C. L. de. *Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais no Sertão Roseano*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Editora da Unimontes, 2012.

COSTA, S. H. G. “Recantilados” entre o direito e o rentismo: “grilagem judicial” e a formação de propriedade privada de terras no Norte de Minas Gerais. 2017. 691 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAYRELL, C. A. *De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representam de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. 457 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

GUHA, R. *The Unquiet Wood. Ecological Change and Peasant Resistance in the Himalya*. Berkeley: University of California Press, 1989.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror. An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

MAUSS, M. O Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Em *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MONTEIRO, F. T. *Nas Fronteiras das Minas com os Gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras*. V. 2. São Paulo: AnnaBlume, 2021.

NEVES, S. L. S. *Cartografia decolonial Catrumana*. 2020. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020.

NOGUEIRA, M. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília/DF: Mil Folhas, 2017.

OLIVEIRA, M. D. de. *Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da comunidade de Sobrado*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PARAJULI, P. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. *Identities*, v. 3, p. 1-2, 1996.

PEIRANO, M. G. S. O antropólogo como cidadão. Em *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB, 1992. p. 85-104.

PIERSON, D. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter; Suvale, 1972. 3 v.

SCOTT, J. C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1986.

SILVA, P. R. F. *Visibilidades dos invisibilizados: protagonismos dos subalternizados na Sociedade dos Currais entre 1689 e 1736*. 2023. 448 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2023.

SPIVAK, G. *Other Worlds. Essays in Cultural Politics*. New York; London: Routledge, 1988.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMAN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.